

Pressão pela vida

No mercado mundial, competitividade e sobrevivência têm um preço: a exigência do uso de tecnologias limpas

Empregar processos produtivos não-agressores da ecologia constitui um desafio para as empresas de países em desenvolvimento. Pressões nesse sentido vêm de diferentes frentes. Quando não é o mercado consumidor, surge a fiscalização austera dos movimentos ambientais e suas idas e vindas de protocolos e acordos internacionais.

À medida que a certificação florestal vai se impondo em nome da competitividade no comércio internacional de produtos sólidos de madeira, ela se torna importante requisito para os exportadores, especialmente no caso de vendas para os mercados do Norte da Europa e norte-americano. A oferta de produtos florestais certificados no mundo é da ordem de 15% do mercado.

Embora a certificação florestal no comércio internacional como instrumento voluntário esteja sendo dominada – até agora – pelo FSC (Forest Stewardship Council), há perspectivas de outros processos surgindo como alternativas, a exemplo do Pan-Europeu já consolidado.

Cresce a idéia do reconhecimento mútuo de sistemas de certificação, que seria uma oportunidade para acordos bilaterais ou regionais a fortalecer países ou blocos de países – como Mercosul – no mercado internacional.

Condições de sobrevivência

Um grupo internacional de compradores de madeiras, encabeçados por empresas da Europa e dos Estados Unidos, se comprometeu a usar, até 2003, 25% da madeira com selo FSC. Essa decisão afeta em cheio as companhias brasileiras, consumidoras de 70% da madeira da Amazônia. Aquelas que se alinharem à causa do manejo sustentável das florestas terão mais condições de sobrevivência.

Em Paragominas, onde se concentra o maior número de serrarias no estado do Pará, a quantidade das pequenas unidades em relação ao total caiu de 88% em 1990 para 55% em 1995, enquanto as maiores passaram de 10% para 20%, de acordo com estudos do Imazon – Instituto do Meio Ambiente da Amazônia.

Os indícios são claros quando apontam que a certificação florestal deve se tornar uma prática de demonstração de manejo florestal sustentável. Um exemplo constitui a disseminação no país da ISO 14001, selo que garante que uma companhia não emprega produtos e serviços com impactos ambientais negativos. As companhias de papel e celulose estão na frente, entre as empresas a adotarem os novos parâmetros de produção.

No futuro, a certificação será um importante fator de competitividade para as indústrias brasileiras, na medida de seus projetos para colocar produtos nos mercados ou nichos representados pelos consumidores *verdes*.

Brandindo a bandeira do politicamente ecológico, as ONGs já chegaram até a chamada "geladeira verde", de gás natural como o isobutano e o ciclopentano, derivados de petróleo, em substituição aos sintéticos, como o CFC ou clorofluorcarbono, o HFC ou hidrofluorcarbono e o HFC – hidroclorofluorcarbono.

A discórdia de Haia

O final do século XX certamente não será lembrado como um período modelo para o desenvolvimento das negociações multilaterais dos países. A Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio, em Seattle, foi um desastre. As negociações do Grupo dos Oito em Praga tropeçaram em problemas. Para arrematar, o recente encontro de Haia deixou as coisas ainda

mais incertas.

O tema central da VI Conferência das Nações Unidas Sobre Mudança Global de Clima, envolvendo 185 países, tinha como tema central discutir o mecanismo de desenvolvimento limpo – MDL. A expectativa era de definir as regulamentações do Protocolo de Kyoto, no qual os países industrializados se comprometiam a reduzir o total de suas emissões em 5% até 2010, tomando como base de comparação o nível apurado em 1990.

O acúmulo de gases tem crescido sem parar na atmosfera. Até 1998, os Estados Unidos tinham incrementado suas emissões em 22%, e o Canadá em 17%. A Espanha e a Suécia seguiram a mesma tendência, com aumento de respectivamente 23% e 32%.

ONGs se desentendem

As divergências entre organizações não governamentais a respeito de floresta e clima são antigas e perceptíveis. Em Haia

Certificação no Brasil

- 700 mil hectares de florestas certificadas;
- 550 mil hectares em florestas plantadas;
- 150 mil hectares em florestas nativas;
- 40 produtos já certificados;
- 920 mil hectares de florestas plantadas e manejadas por empresas em conformidade com a ISO 14001;
- o número de empresas certificadas passou de 48, em 1998, quando o selo ISO 14001 foi criado, para 189, até setembro de 2000, de acordo com o Inametro;
- 10% do consumo total de madeira industrial no Brasil; a maior parte pertence às indústrias de celulose e papel.

Pressão ambiental

Protocolo de Montreal – determina a eliminação de 30 substâncias que destroem a camada de ozônio, com destaque para o CFC, usado principalmente na indústria de refrigeração e automobilística.

Prazos: países desenvolvidos – 1996; países em desenvolvimento – 2010; Brasil – eliminação total em 31-12-2000 para produtos novos e em 31-12-1997 para o mercado de reposição.

Protocolo de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) – ainda em negociação, prevê a suspensão de 12 produtos químicos, usados como defensivos agrícolas e transformadores elétricos. Um tratado internacional sobre o assunto está sendo objeto de análise na reunião do comitê negociador em dezembro de 2000, na África do Sul.

Protocolo de Kyoto – ainda em negociação, visa reduzir emissões de gases causadores de aquecimento global. O parâmetro adotado – o mecanismo de desenvolvimento limpo (CDM) – significa para os países em desenvolvimento o acesso a financiamentos para implantar as chamadas tecnologias limpas.

Os prós e contras do Protocolo de Kyoto

Prós

- A defesa das florestas faz parte do jogo dos norte-americanos, que tentam incluir suas próprias florestas na conta das emissões e escapar de seu resgate.
- Os países não devem ser remunerados para preservar suas florestas, o que não passa de uma obrigação.
- O carbono já lançado na atmosfera constitui um fato concreto, que a manutenção das florestas não pode modificar.
- Para resgatar o carbono da atmosfera ou evitar sua emissão, somente projetos de reflorestamento e de produção limpa combatem o aquecimento global.
- Os países desenvolvidos não reduzirão necessariamente suas emissões, pois trocarão o carbono economizado em conservação no manejo dos países pobres.
- Ao longo de décadas, serão muitas as incertezas envolvidas para fiscalizar e garantir a conservação de florestas.
- Um mercado ainda inexistente será depreciado, pois a inclusão de florestas multiplicará a oferta de créditos de carbono.

Contras

- Para participar da redução das emissões e obter recursos do MDL, as florestas nativas constituem o principal elemento estratégico dos países latino-americanos.
- O Brasil, que desmata 20 mil quilômetros quadrados da Amazônia a cada ano, não cumpre sua obrigação de preservar. A Amazônia é a principal fonte emissora de gases originários do efeito estufa no país, devido ao desmatamento e às queimadas.
- A China e a Índia ficarão com o grosso do mercado MDL, pois o Brasil tem matriz energética limpa e o reflorestamento não tem o mesmo potencial de renda e emprego do manejo florestal.
- Somente os países desenvolvidos que já tenham estabilizado ou reduzido suas emissões deverão ter acesso ao mecanismo MDL.
- Também haverá dificuldades de fiscalização dos projetos de energia e reflorestamento para o MDL.
- Poderão ser fixados limites para a participação de florestas no MDL e mecanismos semelhantes.

o impasse ficou exposto com maior virulência.

Pelas estimativas da Sociedade Brasileira de Silvicultura, o Brasil poderá levantar US$260 milhões ao ano em projetos de reflorestamento enquadráveis no Protocolo de Kyoto. A soma é vultosa: financiaria novas áreas de plantio e abrandaria os problemas de abastecimento da indústria, arriscadas de estrangulamento em 2005.

A União Européia não vê com bons olhos o plano dos Estados Unidos de incluir florestas no combate ao aquecimento global. Isso facilitaria aos norte-americanos o cumprimento das metas de Kyoto: cortar 7% de suas emissões, em relação aos níveis de 1990, até 2012. As florestas seriam capazes de retirar da atmosfera parte do gás carbônico emitido com a queima de combustíveis fósseis. Ao realizar a fotossíntese, as árvores consomem gás carbônico do ar e o fixam em forma de madeiras, folhas e raízes.

Impasse em Kyoto

Os membros da delegação norte-americana pretendem, mediante essa nova fórmula, que a quantidade de carbono assim calculada possibilitará aos Estados Unidos uma redução de 20% em suas emissões. A União Européia, mais adiantada em sua tarefa de cumprir o Protocolo de Kyoto, reagiu com frieza.

Os países menos industrializados, reunidos no Grupo dos 77, protestaram contra a monopolização da conferência pelo conflito entre União Européia e Estados Unidos. São unânimes quanto a um detalhamento do MDL: querem regulamentos que obriguem os países desenvolvidos a financiá-los, obtendo créditos de carbono com projetos para o terceiro mundo. Nesse ponto, infelizmente, os trabalhos emperraram (**L.A.P.** e **R.A.**).

Fogo eterno

Os riscos de incêndio nas florestas se multiplicam com a degradação ambiental e a exploração inadequada de recursos naturais

O fogo tem sido um elemento comum ao cotidiano dos povos, um provedor de muitos benefícios cujo emprego sempre traz perigo. Em áreas de forte propensão à combustão como as silviculturas, as medidas de prevenção e controle de sinistros têm que ser rigorosas.

Apesar disso, no Canadá, nos Estados Unidos, na América, nos países da União Européia ou no Sudeste asiático, os incêndios têm sido avassaladores e seus focos só fazem aumentar.

Risco crescente

No Brasil, as mudanças climáticas decorrentes do El Niño contribuíram muito para elevar a incidência de queimadas e incêndios acidentais, em particular na cobertura vegetal da Amazônia. O risco de as florestas inflamarem se multiplica com os processos desencadeados pela degradação ambiental associada

